

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

LIGIA TLAIJA LEIPNITZ

**Juventudes e Políticas Públicas: reflexões sobre os desafios e potencialidades
da atuação psicossocial dentro e fora da academia**

Porto Alegre

2021

LIGIA TLAIJA LEIPNITZ

**Juventudes e Políticas Públicas: reflexões sobre os desafios e potencialidades
da atuação psicossocial dentro e fora da academia**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Especialização em Saúde Pública – Faculdade de Medicina – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Calage
Alvarenga

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Leipnitz, Ligia Tlajja Leipnitz
Juventudes e Políticas Públicas: reflexões sobre os
desafios e potencialidades da atuação psicossocial
dentro e fora da academia / Ligia Tlajja Leipnitz
Leipnitz. -- 2021.
31 f.
Orientador: Luiz Fernando Calage Alvarenga.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Medicina, Saúde Pública, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Saúde Pública. 2. Políticas Públicas. 3.
Juventude. 4. Psicologia Social. 5. Diversidade. I.
Calage Alvarenga, Luiz Fernando, orient. II. Título.

RESUMO

Este trabalho aborda os desafios e potencialidades das Políticas Públicas de/para juventudes. A partir de reflexões e questionamentos vivenciados durante a trajetória acadêmica e profissional, desenha-se o problema de pesquisa que busca tensionar os discursos que circulam e sustentam a produção e implementação de políticas públicas de/para juventudes. O trabalho desenvolve-se enquanto ensaio, que toma a escrita como linguagem da experiência e se preocupa em transformar em problema a relação entre pensar e escrever. O estudo articula conhecimentos advindos da escola pós-estruturalista, da saúde pública e da psicologia social, e tem como objetivos problematizar os modos de subjetivação que circulam entre uma juventude vulnerável e problemática, ao mesmo tempo, funcional e produtiva, no sentido de discutir os efeitos dessa produção. Ao final a característica da diversidade surge como importante analisador na discussão sobre os desafios e as potencialidades do trabalho intersetorial e multiprofissional com as juventudes.

Palavras-chave: Saúde Pública, Políticas Públicas, Juventudes, Psicologia Social, Diversidade.

SUMÁRIO

1. Introdução	05
1.1 Começos ou continuidades?	05
2. Juventude e estratégias de governo: os disparos da discussão	10
3. Juventude problema: já ouviu falar que o jovem é o futuro?	16
4. Explodindo caixinhas, quando o “diferente” cobra: que outras narrativas possíveis	21
5. Considerações finais: um fim que não se encerra	26
6. Referências Bibliográficas	28

1. Introdução

na quebrada do menino
num tem nem ônibus pro centro da capital
isso me parece um sinal
é tipo uma demarcação
de até onde ele pode chegar

e os menino malandrão faz toda a lição
acorda cedo e dorme tarde
é chamado de função
queria casa mas é fundação

tem prestígio, não tem respeito
é sempre o suspeito de qualquer situação

Menimelímetros, Luz Ribeiro¹

1.1 Começos ou continuidades?

O tecer deste estudo se abre a partir de experiências e inquietações vividas desde a graduação em psicologia. A postura inquieta e questionadora me acompanha há algum tempo, o que me levou a explorar a área social e da saúde coletiva, seja no estudo, seja no trabalho. O encontro com a temática das juventudes e políticas públicas se deu logo no 3º semestre de faculdade, quando participei de um projeto de pesquisa denominado “Observatório de Juventudes: Direitos Humanos, Segurança e Subjetivação”, que ocorria através de uma parceria do Centro Universitário Metodista - IPA, com a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/RS). Após formada tive a oportunidade de seguir trabalhando nesse campo, tanto no setor público estadual, em que exerci o papel de gestora no Departamento Estadual de Políticas para a Juventude, quanto no atendimento direto, no acompanhamento de jovens do Centro da Juventude da Cruzeiro, na cidade de Porto Alegre.

Foi uma área que me exigiu por completo, às vezes até mais do que eu poderia dar. Quisera eu ter feito um diário de campo de tudo que vivi, aprendi, questioneei,

1 RIBEIRO, Luz. Revista Pixe, 2019. Disponível em: <<https://www.revistapixe.com.br/luz-ribeiro>>. Acesso em: 16 set. 2020.

conheci, discordei, descobri; provavelmente esse instrumento teria me ajudado a qualificar meu fazer, além de servir como brecha para aliviar as tensões que acompanhavam o cotidiano. No entanto, guardo tais vivências no corpo, na memória, não tão claras e organizadas, mas muito presentes e vivas, que seguem me movimentando a pensar o universo das políticas públicas de/para juventudes e que se apresentam enquanto matéria-prima para a construção dessa escrita.

Juventudes, jovens, futuro, presente, problema, educação, violência, homicídios, vida, potência, investimento, cultura, música, arte, criatividade, racismo, oportunidades, pobreza, fome, emprego, empreendedorismo, produtividade, saúde mental, drogas, ansiedade, depressão, suicídio, políticas públicas, estado, governo, proteção, controle, direitos, deveres, cidadão, dados, indicadores, estudo, intersectorialidade, assistência social, saúde pública, equipe multiprofissional, psicologia, psiquiatria, pedagogia, diversidade, pluralidade, desigualdade social, entre tantos outros temas que se cruzam. O que se passa na tua cabeça ao ler tudo isso? Para onde teu pensamento te leva? A quais experiências te remete?

Partindo de palavras, ideias ou pistas do percurso que se desenvolve, convido o leitor a caminhar comigo e adianto que não será uma caminhada sempre tranquila, talvez encontremos desconforto, incômodos, tensões, mas também afeto, sensibilidade, música e cultura e, quem sabe, abertura para novos caminhos. Tal convite, que também é um exercício que busca provocar um salto no pensamento a partir da experiência da escrita, é uma aposta para produzir conhecimento na saúde a partir de experiências. Incomodar não necessariamente tenha a ver com algo ruim, mas se apresenta no sentido de ampliar o âmbito visível e fazer mover o pensamento para a produção de resistências, quero dizer, para “a criação de um outro ponto de vista, de uma outra política da subjetividade, onde viver é potência de criação de novos mundos” (GUIMARÃES; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2006, p. 641).

Para tanto, trago algumas provocações no sentido de abrir espaço para discutir a temática proposta. Jovem, pobre, negro. Em quantas caixas colocaram esse sujeito? Quantas siglas passaram por essa história? Quantos tiros atravessaram esse corpo? Quantos saberes tentaram explicar e adequar seu comportamento? Quantos diagnósticos medicalizaram suas formas de expressão? Quantas instituições prometeram proteger sua vida?

Manchetes de diversos jornais apontam que a cada 23 minutos, um jovem

negro morre no Brasil, como destaca site da BBC Brasil (2016)². Segundo o Atlas da violência de 2019, o índice de violência e mortalidade entre jovens de 15 a 29 anos no país, tem crescido desde a década de 80 (CERQUEIRA, 2019). É preocupante a forma com que tais informações passam banalizadas pelo olhar de quem lê, virando apenas números. Se esquece que falamos em vidas, em histórias que morrem na contramão de uma estrutura social racista, injusta e desigual.

Tendo como principais justificativas a garantia de oportunidades e direitos para a diminuição da violência e da letalidade juvenil, surge uma série de ações que visam dar conta de uma juventude nomeada vulnerável. Para tanto, trata-se de agir sobre as juventudes para capturar possíveis “perigos” ou “problemas” para a sociedade. Conforme aponta estudo,

Nesse ponto, é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infante-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Inúmeros trabalhos científicos internacionais, como os do Prêmio Nobel James Heckman mostram que é muito mais barato investir na primeira infância e juventude para evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã, do que aportar recursos nas infrutíferas e dispendiosas ações de repressão bélica ao crime na ponta e encarceramento (CERQUEIRA, 2019. p. 30).

Ainda que não sejam políticas voltadas diretamente para área da saúde, a mesma se apresenta como componente fundamental para pensar a pauta das juventudes. O discurso da produção e promoção de saúde está atrelado à garantia de direitos aos jovens, como prevê o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Lembro de uma cena em que estava junto a profissionais de outras áreas, organizando uma roda de conversa com jovens. Enquanto eu preparava o material, o coordenador da atividade fazia a abertura da roda, apresentando a proposta e pedindo a todos que se apresentassem. Em algum momento ele disse: “não tem ninguém da área da saúde aqui, né?!”. Levantei minha cabeça, como quem dissesse: “Eu!”. E ele respondeu: “mas tu é da psicologia social”. Confesso que fiquei confusa e sem reação na hora, não sabia exatamente o que responder. Depois segui no meu questionamento e a conclusão que cheguei fechou em pergunta, que talvez seja mais um problema, que é por que tratar as áreas de psicologia social e da saúde de forma separada? Eu

2 ESCÓSSIA, Fernanda da. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI. **BBC Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>. Acesso em: 29 set. 2020.

preciso trabalhar diretamente na área da saúde para ser considerada profissional da saúde?

Psicologia social e saúde coletiva são campos que se encontram e se cruzam durante minha trajetória, discussões sobre micropolítica do trabalho e educação permanente em saúde compõem meu fazer enquanto “psicóloga social” e atravessaram meu trabalho junto às juventudes em um serviço que não é de saúde. Nesse sentido, a construção deste estudo, em uma especialização de saúde pública, pretende exercitar o pensamento, desnaturalizando conceitos com a aposta de contribuir, potencialmente, para fazer aparecer novas estratégias e práticas ligadas ao tema em questão. Entendo que toda produção de conhecimento passa por esse movimento, o que permite a composição de novas ideias. Pois,

Admitindo que toda a produção de conhecimento caminha para uma “forma do conhecimento”, seu regime de verdades e seu domínio de visibilidades e enunciados, reconhecemos e destacamos a persistência/insistência de um “fora” permanentemente interrogando, desacomodando, amassando a “forma” (um “fora da forma”) (CECCIM, et al, 2016, p.19).

Sendo assim, entre nós e o passado, o intuito é voltar o olhar ao tempo presente, tomando o processo de escrita como uma experiência que não se encerra em si mesma, que está em permanente metamorfose (LARROSA, 2004). Dessa forma, tenho como objetivo tensionar os regimes de verdade que circulam e sustentam a produção e implementação de políticas públicas de/para juventudes, com foco na prevenção social. Me proponho a problematizar os modos de subjetivação que operam a construção de uma subjetividade juvenil vulnerável e problemática e, ao mesmo tempo, funcional e produtiva. Por fim, tendo como analisador³ a diversidade, buscarei discutir os desafios e as potencialidades do trabalho intersetorial e multiprofissional. O filósofo Michel Foucault aponta um importante questionamento a respeito disso. Em suas palavras,

De que valeria a obstinação do saber se ele assegura-se apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem movimentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (FOUCAULT, 2014, p. 13).

3 Os analisadores são ferramentas analíticas, “aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional” (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 174).

Contudo, para além do que quero dizer, escrevo na tentativa de dar o que pensar, sem pretensão de fechar conclusões, mas de ampliar o debate. Tratar a temática das juventudes e políticas públicas é tarefa complexa e, ao mesmo tempo, urgente e necessária, que talvez ultrapasse os limites de uma revisão de literatura. Segundo Larrosa (2003, p. 109),

O espaço acadêmico esqueceu a lentidão da leitura, a delicadeza da leitura, essa forma de tratar o texto como uma força que nos leva além de nós mesmos, além do que o texto diz, do que o texto pensa ou do que o texto sabe.

Enquanto uma escrita que se relaciona com o presente, este tomado enquanto experiência e tempo consciente de sua fugacidade, encaro o desafio de transformar em problema a relação entre pensar e escrever, como propõe Larrosa (2004). Enfrentar o balanço de certezas será inevitável durante o percurso, mas a proposta é mesmo essa, o que permite criar fissuras e abrir espaço para novos caminhos possíveis.

2. Juventude e estratégias de governo: os disparos da discussão

Por onde seguir? Nesta primeira parte do trabalho trago como disparador o questionamento de como a juventude vai se tornando alvo de intervenções e investimentos no campo das políticas públicas. Além de pensamentos e conceitos foucaultianos, outros elementos como o rap⁴ e o slam⁵, que são práticas culturais muito presentes na cultura juvenil em questão, farão voz e acompanharão a trajetória no sentido de incomodar o olhar frente à temática proposta.

A partir de 1980 ocorreram importantes movimentos sociais no Brasil, que se encontravam encerrando o período ditatorial. Dentre as lutas do período, vemos a busca por direitos e proteção da criança e do adolescente, sendo implementado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da lei nº 8.069 no ano de 1990, pelo governo Collor (BRASIL, 1990). Desde então, seguiram importantes avanços no quadro de políticas que consideram a pauta das juventudes. Não cabe à discussão desenvolver especificamente a análise entre os conceitos juventude e adolescência, mas vale ressaltar que o fenômeno da juventude faz transbordar o conceito da adolescência, pois diz mais do que uma fase da vida. De acordo com pesquisadoras do tema, “a noção de adolescência emerge inteiramente vinculada à lógica desenvolvimentista, sendo uma etapa do desenvolvimento pela qual todos passariam obrigatória e similarmente (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 5).

Referente à legislação, destaco os seguintes feitos. A partir da Lei 11.129 de 2005, criou-se o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), responsável por desenvolver ações voltadas para a promoção de políticas públicas de juventude, bem como a Secretaria Nacional da Juventude, responsável por articular programas e projetos, no

4 O rap é um dos elementos da cultura Hip Hop: As letras de rap se apresentam em forma de narrativa, em que seus autores relatam fatos que presenciaram ou viveram em seu dia-a-dia. Algumas letras são apenas descritivas de tais situações, outras trazem conselhos ou sugestões visando à solução dos problemas narrados. Entretanto, todas as letras sempre carregam consigo uma intenção crítica do social. Mesmo as letras somente descritivas têm sempre o objetivo de relatar os fatos ocorridos para trazê-los ao conhecimento de outros, a fim de que tais fatos sejam questionados (LOURENÇO, 2010).

5 Forma de resistência cultural e protesto social, que nasceu nos Estados Unidos por volta dos anos 80 e se ampliou no Brasil em 2008, tendo seu primeiro evento organizado pela Roberta Estrela D'alva na cidade de São Paulo. Segundo Freitas (2020), “na *slam poetry*, a poesia deixa o ambiente acadêmico, abandona os circuitos tradicionais de curadoria e produção de sentido, flerta com a canção popular e torna-se uma prática coletiva e, como tal, se estabelece no limite entre o oral, o escrito e o visual, fazendo da performance um elemento central” (p. 3).

âmbito federal, para jovens de 15 a 29 anos (BRASIL, 2005). Nesta mesma legislação foi também instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, mas que só passou a reger-se em 2008, através da Lei nº 11.692, cujo objetivo é promover a reintegração de jovens ao processo educacional, a qualificação profissional e o desenvolvimento humano (BRASIL, 2008).

O Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, foi instituído no dia 5 de agosto de 2013 a partir da Lei nº 12.852, pelo governo Dilma Rousseff (BRASIL, 2013). O documento tem um texto muito bem escrito, considerando amplos fatores e aspectos referentes à população em questão. Dentre os princípios, destaco a promoção de autonomia e valorização da participação dos jovens no desenvolvimento do país, respeito à identidade e à diversidade, individual e coletiva, a promoção da cultura de paz e vida segura. Das diretrizes a serem observadas pelos agentes públicos e privados, bem como a intersetorialidade, o incentivo à ampla participação juvenil na formulação, implementação e avaliação de programas e políticas estruturais e a produção de conhecimento sobre juventude.

Os direitos estão divididos em cidadania, participação social e política e representação juvenil, educação, profissionalização, trabalho e renda, diversidade e igualdade, saúde, cultura, comunicação e liberdade de expressão, desporto e lazer, território e mobilidade, sustentabilidade e meio ambiente, segurança pública e acesso à justiça. Visualizar todos, mesmo que sob um panorama geral, é importante pois chama atenção para a quantidade de espaços e saberes que visam, de alguma forma, explicar, coordenar e fazer a gestão da população jovem, que como dispõe o Estatuto, compreende a faixa etária de 15 a 29 anos (BRASIL, 2013). Por entre essas políticas passa uma das tecnologias de poder a qual Foucault (1999) nos ajuda a entender.

Ao fazer uma breve retomada histórica, a partir do século XVII, é marcada a passagem do Estado soberano para o Estado moderno que segue e se instaura em meados do século XVIII e início do século XIX. Foucault (1999) nos chama atenção para uma questão em evidência que marca o deslocamento do poder e das formas como ele se efetua. Segundo o autor,

uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania - fazer morrer ou deixar viver - com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo,

e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer (FOUCAULT, 1999; p. 287).

Sob esta lógica, a vida torna-se alvo de investimento do Estado, que passa a intervir a partir de tecnologias de poder, o que Foucault (1999) chamou de biopoder. Ao apresentar sua teoria, diz que o poder sobre a vida se desenvolve em dois polos, um que se responsabilizará do corpo (individual) enquanto organismo a ser disciplinado e outro que terá como foco a organização do homem enquanto espécie, na sua dimensão de população. Um que opera na produção de uma anátomo-política do corpo humano e outro que se preocupa em realizar a gestão da vida, que se efetua enquanto biopolítica. Ressalta ainda que essas séries não fazem oposição entre si, mas estão em níveis diferentes o que as permite articularem-se uma com a outra (FOUCAULT, 2015).

Quando a população se torna um problema político e se estabelecem mecanismos que, a partir de medições globais, visam dar conta dos fenômenos de massa, busca-se fixar um equilíbrio que investe um poder contínuo sobre a vida. Nesse cenário aparecem as primeiras demografias, as medições estatísticas de processos de natalidade, morbidade, longevidade, elaborando formas de controle em que são definidos campos de intervenção dos processos de saber-poder (FOUCAULT, 1999). Eis que surge um elemento importante, que circula entre o poder disciplinar e de regulamentação, a norma, constituindo um conjunto de saberes e práticas que

constituem formas de governo capazes de classificar segmentos populacionais, diagnosticar os níveis de normalidade ou de desvio dos sujeitos, propor formas não só de tratamento, como também de prevenção, educação ou regulação e até mesmo, como vemos nos dias de hoje, de promoção da vida (GUARESCHI; LARA; ADEGAS, p. 334, 2010).

Importa para a discussão, pois, essa noção de que a vida passa a ser governada, produzindo uma biopolítica da existência, ou uma forma de governamentalidade. Tal lógica se desenvolve e instaura discursos, cujo interesse é fazer a administração da população de forma sutil e detalhada, visando garantir a regulação e a gestão da multiplicidade do homem enquanto espécie (FOUCAULT, 2008). Sob essa perspectiva, é possível entender uma das preocupações da época, pois estamos falando do período da primeira e segunda revolução industrial, em que

a vida humana se tornou mão de obra do capitalismo e o poder foi sendo dissolvido por diferentes camadas da população. Segundo Hadler,

No desenrolar desse esquema jurídico-político, vão sendo construídas prerrogativas fragmentadas sobre os sujeitos. Assim, aparecem particularidades nas legislações, que vão possibilitar o alicerce de várias categorias humanas, dentre as quais vai se encaixar a juventude (e dentro da qual, novas divisões serão produzidas: o jovem infrator, o jovem rural, o jovem protagonista social, entre outros) (2010, p. 87).

Há ainda uma questão emergente que quero destacar, que o próprio Foucault alerta quando fala no exercício do biopoder. Existe, pois, um paradoxo a ser problematizado, “como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?” (FOUCAULT, 1999. p. 304). A torção que aparece aqui chama atenção para a existência de um racismo estrutural de Estado que tem como função determinar quem deve viver e quem deve morrer, apontando os perigos externos e internos para a população. E quando se fala em “deixar morrer”, não necessariamente quer dizer matar, mas expor certas vidas à morte, rejeitar e fragmentar grupos populacionais ditos inferiores.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 1999, p. 304).

Tal questão aparece como ponto fundamental para discussão. Não há como deixar de lado a questão racial quando o assunto é sobre juventudes. Por todos os lados notícias e dados apontam que a juventude que morre, ou, que é “matada”, é em sua maioria composta por jovens negros, não vê quem não quer. Conforme aponta estudo sobre o número de homicídios por armas de fogo (HAF),

Entre 2003 e 2014, as taxas de HAF de brancos caem 27,1%, de 14,5, em 2003, para 10,6, em 2014; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 9,9%: de 24,9 para 27,4. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo⁶.

Enquanto mulher branca que usufrui de certos privilégios, mas que defende a luta contra desigualdade social e pelos direitos sociais, me acreditava não racista. No entanto, o trabalho junto às juventudes me mostrou que tenho muito a desconstruir e me pergunto todos os dias, qual meu papel nessa luta? Aproveitar o espaço acadêmico para ampliar tal olhar é um dos caminhos possíveis⁷.

Está previsto no Estatuto da juventude que as políticas de segurança pública para jovens deverão garantir a prevenção e o enfrentamento da violência (BRASIL, 2013). Eu ouvia muito dos jovens que a única política de segurança que chegava às comunidades era a polícia “metendo o pé na porta”. Os relatos sobre as abordagens policiais violentas eram constantes, principalmente quando se tratava de jovens negros. Então eu pergunto: que segurança é essa? Já ouviu aquela expressão que “na prática a teoria é outra”? Pois é, ela se encaixa bem nesse contexto⁸.

Como canta o rapper Criolo “como assim bala perdida se o corpo caiu no chão?”. Enquanto profissionais da saúde, é emergente considerar essa realidade ao pensar nossas práticas, ainda mais quando voltadas para área de direitos humanos, em defesa de uma saúde pública integral e de qualidade. Tais dados refletem diretamente no cotidiano do trabalho e, por isso, a urgência de colocarmos em prática o que aponta a filósofa Angela Davis, de que não basta não ser racista, é preciso que sejamos antirracistas; essa luta também é nossa.

Não há como negar que entender o jovem como sujeito de direitos que necessita atenção e maiores oportunidades permitiu deslocar o olhar frente a esse

Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.net.br/mapa2016_armas.php>. Acesso em: 10 dez. 2020.

7 Ainda é bastante presente a negação do racismo em pessoas brancas. O cantor Nego Max faz uma provocação nesse sentido em uma de suas canções. MAX, Nego. Eu não sou racista. **Youtube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v2DCHWp2XyA>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

8 A respeito disso, a realidade mostra-se diferente. A título de confirmação, insiro aqui algumas matérias. JOVENS pedem uma abordagem policial menos agressiva e mais respeitosa. **Quero discutir o meu Estado**, 2016. Disponível em: <<https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/4691-jovens-pedem-uma-abordagem-policial-menos-agressiva-e-mais-respeitosa>>. Acesso em: 27 set. 2020.; JOÃO Pedro, 14 anos, morre durante ação policial no Rio, e família fica horas sem saber seu paradeiro. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html?rel=listapoyo>>. Acesso em: 27 set. 2020.; JOVEM é agredido com tapa e soco de PM durante abordagem em SP. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/jovem-e-agredido-com-tapa-e-soco-de-pm-durante-abordagem-em-sp-veja-video.ghtml>>. Acesso em: 27 set. 2020.; UM adolescente morto por mês. É o resultado das operações policiais no RJ. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/um-adolescente-morto-por-mes-e-o-resultado-das-operacoes-policiais-no-rj.html>>. Acesso em: 27 set. 2020.

grupo e ampliar a discussão no campo das políticas públicas. No entanto, são políticas recentes e, sendo assim, ainda há um longo caminho de melhorias pela frente.

No próximo tópico, sigo no sentido de problematizar a insistência em desenhar a trajetória da juventude colando ao sujeito as expectativas de futuro, ao mesmo tempo em que são produzidos discursos que circundam a juventude e criam racionalidades que sustentam e legitimam o sujeito jovem no lugar de problema social.

3. Juventude problema: já ouviu falar que o jovem é o futuro?

Pensar, discutir, agir com as políticas de juventudes é uma constante inquietação. Em outras palavras, é viver com a sensação de borboletas na barriga. Um dos questionamentos que mais me move é indagar a serviço de que elas existem, a quem ou a quem elas se comprometem. Com o jovem? Com as juventudes? Com a sociedade? Com o Estado? Com o mercado? Se é dito que as políticas públicas de prevenção social visam a diminuição da violência e da letalidade juvenil, bem como a ampliação de oportunidades para os jovens, pode-se afirmar que então elas estão a serviço de todos os listados acima? Talvez não exista resposta exata, mas algumas pistas que ajudarão a entender tais questões. Para tanto, buscarei desenrolar alguns discursos que circundam essas políticas e que acabam por sustentar estigmas, ora como juventude problema e cidadãos úteis para a sociedade, ora como promessas de futuro.

Até aqui transitamos pela ideia de que há um investimento nas formas de vida da população sob a lógica da biopolítica, a qual se encarrega de fazer a gestão e organização do indivíduo enquanto espécie (FOUCAULT, 2008). Conforme reportagem

é imperativo investir na juventude e garantir que todo o potencial seja alcançado. Os investimentos corretos nessa população são decisivos para promover uma adolescência e juventude livre de coerções e mais participativa, bem como uma vida adulta com um verdadeiro sentido de empoderamento. Dificilmente progressos sociais e econômicos poderão ser alcançados nos próximos anos sem os investimentos certos na maior população de adolescentes e jovens da história⁹.

Entendendo que a juventude é tomada pelas políticas públicas enquanto população a ser governada, atentos a certos discursos sobre este público, nos aproximamos do entendimento que há certa preocupação em manejar as formas de ser jovem. Dessa forma,

A sujeição dos jovens vai ocorrendo nos campos dos saberes da medicina, da educação, da administração e da produção: uma juventude que se vê como conjunto heterogêneo, que deve ser aproveitada no auge de sua saúde, capacidade e aptidão, gerando cidadãos úteis para a sociedade. Os jovens

9 DOCUMENTO da ONU aborda importância de investir nos jovens. **Observatório do Terceiro Setor**, 2019. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/documento-da-onu-aborda-importancia-de-investir-nos-jovens/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

passam a ser instrumentos do progresso, vistos como achados funcionais para a manutenção das práticas de uma sociedade produtiva (SCISLESKI; et al, 2012, p. 27).

Durante minha trajetória profissional tive a oportunidade de trabalhar com um dos integrantes do grupo de rap gaúcho Rafuagi, que em muitas de suas letras expõe a luta e o anseio de jovens pela construção de um mundo mais justo e livre de preconceitos, bem como denuncia hipocrisias e incoerências da sociedade. Na canção “Mensagem para as juventudes” o grupo lança uma provocação quando canta: “Já ouviu falar que o jovem é o futuro? Pois é, minha mãe também. Mas minha coroa já tem mais de meio século e que Brasil que a gente tem?”. São tantas as apostas e promessas colocadas em cima das juventudes, mas o que criamos com isso? Segundo Marques e Oliveira,

Com um funcionamento de caráter político, a biopolítica constitui cortes populacionais que se tornam alvo de ação governamental, como é o caso das juventudes pobres. Ou seja, o próprio discurso que adjetiva os jovens pobres como estando em “situação de risco” funciona como dispositivo de controle sobre suas condutas. Dito de outra forma, é um discurso que defende a reinserção das juventudes pobres dentro dos moldes de comportamento socialmente aceitos: condutas consideradas “normais” (OLIVEIRA; MARQUES, 2016, p. 1205).

São infinitos os discursos produzidos, visando garantir uma organização da vida dos jovens. Para Foucault (2014), discurso é o ato de falar, transmitir, manter e articular ideias, tudo que está no campo da comunicação. Em sua obra, se preocupa em discutir como o discurso é organizado e o que ele gera. Portanto, quais implicações estão em afirmar que precisa-se investir nas juventudes para evitar que o jovem se torne um problema para sociedade, ao mesmo tempo em que se diz que o jovem é o futuro? Dentre os mecanismos que servem para coordenar os discursos junto a um campo de ideias, está a noção de verdadeiro/falso, ao que Foucault (2014) se refere à vontade de saber, cuja função é validar regimes de verdade e construir signos, conceitos, cujo efeito é a produção de poder. Tais regimes de verdade criam e sustentam modos de ser sujeito, como, por exemplo, o desenho de uma juventude problema, vítima de violação de direitos, perigosa, ao mesmo tempo que, sujeitos funcionais que precisam ser aproveitados no auge de sua produtividade (SCISLESKI; et al, 2012).

Pensando nisso, noto que há um jogo de forças que se apresenta e constitui o

discurso do tempo. Pois quando se justifica a criação de uma Política Pública de prevenção social para o público jovem com a afirmação de que é preciso “evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã” (CERQUEIRA, 2019, p. 30), é como se a vida do sujeito fosse traçada entre passado e futuro, deixando poucas opções para o “ser jovem” no presente.

Dessa forma, as intervenções sobre os sujeitos se justificam ao serem legitimadas normalizações sobre a vida, e, embrenhando-se em meio aos mecanismos de poder agenciados para capturar os considerados anormais e infames, as populações jovens tomadas como abjetas vão se constituindo como vida a ser gerenciada (SCISLESKI; et al, 2012, p. 27).

Onde há a insistência na vida a ser gerenciada, há o espaço para a vida ser vivida? Com o passado e futuro definidos, o que resta para o jovem ser ou querer ser no hoje? Pensar as práticas e estratégias de intervenção junto às juventudes é fazer o olhar voltar ao presente, para os espaços onde a vida acontece, ou para a micropolítica do trabalho. No entanto, levando em consideração que políticas públicas são pensadas e elaboradas de uma forma vertical, vale destacar que há um longo caminho entre sua elaboração e implementação e que, por vezes, elas deixam a desejar quando entram em confronto com as realidades. O que acontece quando um jovem com traços de esquizofrenia chega a um serviço de portas abertas buscando oportunidades? Como esses casos mobilizam o serviço? Existem protocolos a seguir? Qual melhor forma de acolher a situação?

Não cabe aqui desenhar quais as melhores formas de atuação, mas imaginar a situação pode ajudar a ampliar a reflexão em relação à estrutura das estratégias de intervenção nestes cenários. Para além da demanda do jovem, a equipe, por mais plural que seja, precisa corresponder às demandas do serviço e, com isso, acaba por seguir certos protocolos que dizem respeito ao fluxo de funcionamento de determinadas instituições, tais como solicitar diagnóstico e/ou encaminhamento do serviço de saúde mental, para saber se esse jovem já é acompanhado por outro serviço e se há uso de medicação, buscando entender sua rede de referência e contrarreferência, esta última no que diz respeito aos profissionais que o atendem em outro serviço. Mas e se o jovem está sem essas referências ele deixará de ser atendido? Quais incômodos são provocados nos profissionais e nos serviços? Será que o caminho de intervenção acaba se tornando burocratizado? Quais os entraves do excesso de protocolos?

As discussões que se sobressaem no campo da saúde quanto às juventudes estão bastante voltadas para a questão da drogadição. Tal constatação pode ser observada ao buscar artigos sobre juventudes e saúde mental, ou lendo a seção que prevê os direitos à saúde dos jovens que compõem o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Na prática, dentro do que pude vivenciar, as cobranças dadas à intervenção da psicologia muitas vezes buscavam convencer um jovem que não estava dentro do comportamento esperado a buscar atendimento de saúde mental e tomar medicação; “precisamos organizar esse jovem”, me diziam.

Em um dos cotidianos corridos e intensos do trabalho com as juventudes, recordo que certa vez ouvi que um jovem, por estar com uma conduta dispersa que atrapalhava o andamento de algumas atividades, estaria produzindo adoecimento na equipe, o que levou ao questionamento sobre a continuidade do jovem nos cursos. Mas será que não éramos nós, a equipe, ou o funcionamento da instituição que não suportava lidar com um jovem “diferente”? Situações como essa, não relatadas em um diário, trago na lembrança pelo incômodo e impotência que senti naquela. Pois, enquanto buscava atender às exigências institucionais, me desmontava por completo ao ouvir do jovem “mas eu não quero tomar medicação, ela me faz mal, eu não me sinto bem tomando. Além de que eu espero muito para ser atendido no postinho e a doutora não escuta direito o que eu falo”.

Não objetivo aqui julgar se a equipe estava errada ou certa, mas trago a reflexão no sentido de produzir tensionamentos e ampliar o olhar frente ao público-alvo em questão, de forma a deslocar a concepção de juventude enquanto um grupo massificado passível de intervenções homogeneizantes e protocolares. Não cabe apenas a psicologia social refletir sobre isso, a saúde pública precisa aproximar-se desse debate¹⁰.

Ressalto a importância de certos incômodos, cujo movimento produzido exige o enfrentamento de certezas dos profissionais e atores que trabalham diretamente com as juventudes, pois, mesmo que uma política pública tenha como fim intervir na segurança com o objetivo da diminuição da violência e da letalidade juvenil, bem como na educação, ampliando as oportunidades para os jovens, fica evidente que a

10 Em canção recente, Emicida, em parceria com Majur e Pablo Vittar, traz à tona as questões subjetivas que atravessam as vivências de jovens negros e periféricos. EMICIDA; MAJUR; VITTAR, Pablo. AmarElo (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte). **Youtube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

produção de saúde atravessa as estratégias de intervenção dessas políticas, cobrando um fazer outro que é da ordem dos afetos ou das dinâmicas das relações, colocando o desafio da produção do cuidado em ato (MERHY, 1997). Quando uma estratégia de intervenção não está funcionando, onde está o problema? A discussão segue no sentido de indagar o que podem essas políticas quando se atualizam na prática e pretendem produzir mudanças.

4. Explodindo caixinhas, quando o “diferente” cobra: que outras narrativas possíveis?

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia tá aqui
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?
 Alvos passeando por aí
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi
 Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir

Emicida¹¹

Então, o que mais podem ser os jovens, sobretudo os negros e periféricos, além de alvos passeando por aí? E cabe a nós, profissionais, universidade, estado, etc, definir as limitações ou parar de reduzir suas potencialidades? Por enquanto, fico com a segunda opção. Entendendo que o “ser jovem” é complexo, multideterminado e movediço, trago para a cena um dos pontos mais vibrantes deste público: a diversidade, que enquanto para uns vibra incômodo, para outros vibra potência. Considerando outros fatores como pobreza, más condições de vida, precariedade de qualidade e acesso a serviços básicos como educação, saúde e assistência, a construção de um fazer híbrido de práticas e saberes, promovendo diálogo entre diferentes serviços e setores, se apresenta como melhor estratégia para atuação junto às juventudes.

Propostas que pretendem atuar no “antes”, ou seja, no sentido de promover saúde e educação, ampliar espaços de convivência e socialização, garantir oportunidades e inclusão no mercado de trabalho, ofertar atividades culturais e de

11 EMICIDA. **AmarElo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uJcjV6g5mV8>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

lazer, evidenciam a importância do enfoque multiprofissional e intersetorial como apostas potentes para fazer diferença na vida dos jovens. Como é o caso do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) implementado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH).

O Programa tem como foco a prevenção e como público-alvo jovens de 15 a 24 anos que vivem em áreas de grande vulnerabilidade e altos índices de criminalidade. Sua execução acontece por quatro eixos: I) Prevenção social e situacional da violência, II) Efetividade policial, III) modernização do processo de ressocialização e socioeducação e IV) fortalecimento institucional. O primeiro eixo aproxima-se mais a esta discussão, pois diz respeito à construção e implementação de 6 Centros da Juventude (CJ) na cidade de Porto Alegre e região metropolitana, cujo objetivo é a atuação através de ações afirmativas voltadas para formação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho, bem como a oferta de oficinas culturais e atividades esportivas, ampliação de espaços de lazer e convivência, promovendo discussões que pautam a cidadania, direitos humanos, comunicação não violenta, diversidade, empreendedorismo, etc¹².

Cada CJ é gerido por uma instituição diferente, que executa o trabalho em parceria com o Governo do Estado e funciona como serviço de portas abertas, ofertando acolhimento e acesso gratuito aos jovens de determinada comunidade, desde 2017. Em uma breve análise, vejo três instituições que visam intervir na vida dos jovens, o banco internacional que financia o Programa, o governo do estado que executa no lugar da gestão pública e a instituição privada que faz acontecer a política na prática, além de muitas outras que não estão descritas mas que perpassam toda a construção do POD.

Ainda que a política seja voltada para, entre outras coisas, oferecer mais oportunidades e garantir direitos para as juventudes, supostamente há um caminho vertical em sua execução em que, paradoxalmente, o público-alvo é o fim dessa linha. Sendo um contrato de parceria em que há um órgão financiador e outro prestador de serviços, no meio disso tudo está a prestação de contas que, além do controle e da fiscalização financeira, as entidades prestadoras, seja o governo do estado para o

12 O que é POD? Programa de Oportunidades e Direitos. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://pod.rs.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BID, seja as instituições parceiras para o estado, passam pela análise da execução do objeto, que é o dever de apresentar resultados. A questão é que para se chegar aos “resultados” podem haver diferentes pontos de vista. Por um lado, para o órgão financiador o resultado tem a ver com o número de jovens atendidos, por outro lado, para quem está executando o trabalho na ponta, ou seja, que se relaciona diretamente com os jovens, o entendimento de resultado é, de fato, fazer diferença na vida do sujeito. Os jovens atendidos não são, necessariamente, jovens atingidos, mas a prestação de contas requer números. E a visão do estado quanto a isso, pressupomos, vai depender da perspectiva político-ideológica do governo que estará no poder.

Ao expor tal raciocínio, busco conduzir o olhar a fim de perceber quando a vida entra nos cálculos do poder, esse é um exemplo de expressão da biopolítica. São os jogos de poder que se apresentam, se espalham como uma malha entre as instituições e vão construindo modos de fazer e operar, o que faz pensar que a exigência de resultados a partir da expectativa dos números pode acabar por burocratizar o fazer profissional, reforçando a construção de estratégias que visam intervir em um grupo populacional, que desenha “um caminho de construção desse trânsito da multiplicidade das multidões para o uno das populações” (MEHRY; STEFANINI; MARTINO, 2015, p. 103).

Cabe ressaltar que meu intuito não é contrapor as políticas como o POD, mas trazê-las para análise no sentido de ir além dos discursos vigentes e questionar o quanto os programas estão realmente comprometidos com a mudança de vida dos jovens e preocupados com a forma com que os mesmos veem e sentem o mundo. Além disso, refletir de que forma os profissionais e trabalhadores dos serviços da ponta conseguem corresponder às expectativas das instituições, ao mesmo tempo que às demandas dos jovens. Quais as implicações desse efeito massivo no fazer profissional e na relação com as juventudes?

Ouso em dizer que é o excesso de burocracia e não o comportamento “inadequado” de um jovem que pode levar ao adoecimento de uma equipe. Não é tarefa simples a composição de um fazer multiprofissional e intersetorial com foco nas juventudes, pois exige um movimento elástico dos profissionais. Além da integração entre saberes e práticas que também exige uma ampla participação e, com isso, diminuir a sobrecarga de trabalho e possibilitar maior qualificação ao trabalho.

Quando falamos da elaboração, implementação e gestão de uma política pública, no caso voltada às juventudes, nos cabe pensar qual sua representatividade? Não encontrei exatamente um dado que expresse a porcentagem racial e/ou de classe social de quem ocupa cargos políticos atualmente no governo brasileiro, mas é visível que grande parte das pessoas que pensam e elaboram tais políticas não vieram das favelas, periferias e bairros pobres, não são jovens e são em sua maioria homens brancos. Contraditório, não é? Que lógica passa por essa construção se não a de segregar, manejar e controlar a vida de determinados grupos populacionais em detrimento de outros?

Por isso a questão da diversidade surge como um forte analisador na pauta das juventudes, pois é característica que faz explodir a forma e mostra que o “ser jovem” não cabe na modelagem, produzindo uma reviravolta que “ao poder sobre a vida responde a potência da vida” (PELBART, 2007, p. 58). Um dos melhores elogios que recebi de um jovem foi que eu era tão legal que nem parecia psicóloga. Ao mesmo tempo que me agradou ouvir, reforçou meu questionamento sobre o que nossos saberes e práticas estão produzindo nos jovens. Se ser psicólogo e ser legal são coisas diferentes, que psicologia é essa que passou pela vida daquele sujeito? Eu tentei subverter a lógica homogeneizante e protocolar que atravessou minha prática, seja pelos saberes a priori, seja pela burocracia institucional. Nem sempre eu consegui, mas elogios como esse me davam a sensação de dever cumprido, nem que por alguns instantes, consoante ao que propõe a educação permanente em saúde que, segundo Ceccim (2005),

Para fins deste debate, destaco que aquilo que deve ser realmente central à Educação Permanente em Saúde é sua porosidade à realidade mutável e mutante das ações e dos serviços de saúde; é sua ligação política com a formação de perfis profissionais e de serviços, a introdução de mecanismos, espaços e temas que geram auto-análise, autogestão, implicação, mudança institucional, enfim, pensamento (disruptura com instituídos, fórmulas ou modelos) e experimentação (em contexto, em afetividade – sendo afetado pela realidade/afecção) (p. 162).

Falar em diversidade também tem a ver com a promoção do protagonismo juvenil, mas, mais do que isso, garantir a ampliação de espaços para que essas vozes ecoem. Qual será o real interesse, dentro de espaços como os Centros da Juventude, para que isso ocorra? Como uma jovem me disse uma vez: “a gente não precisa que nos deem voz, a gente precisa que nos deixem falar”. O trabalho junto às juventudes

me ensinou muito, mas principalmente, me levou a colocar em questão as práticas e a bagagem de saberes a priori. Toda vez que eu me permiti essa abertura, tive a possibilidade de me aproximar mais dos jovens, deixá-los falar e aprender a escutar para compreender, não para responder.

Programas como o POD, que se constroem a partir do trabalho híbrido, da composição multiprofissional e pelas ações intersetoriais, precisam seguir se expandindo. Deixar que falem as juventudes é a aposta, daqui para frente. O avanço talvez não tenha a ver com a criação de novas estratégias, mas com articular a efetivação do que já está previsto, como a ampliação de espaços públicos sociais e políticos, garantindo a inclusão dos jovens com direito a voz e voto, conforme o Estatuto da juventude (BRASIL, 2013).

5. Considerações finais: um fim que não se encerra

Enquanto linguagem da experiência, a escrita foi se desenvolvendo numa relação entre subjetividade, pensamento e pluralidade em que a única constância foi a metamorfose (LARROSA, 2004). Apesar dos desafios do contexto pandêmico, considero um privilégio ter seguido trabalhando em casa com a possibilidade de focar nos estudos com maior qualidade. Fazer espera tornou meu pensar mais intenso; rasguei ideias, me perdi nos sentidos e quando pensava chegar a alguma conclusão, muitas janelas se abriam novamente. Será que é sobre isso mesmo que quero escrever? Será que faz sentido? Será que meu trabalho vai ter algo a contribuir no campo em questão? Assim como na prática, a postura inquieta também me acompanha no desenrolar das ideias e na produção de conhecimento. Entre idas e vindas, paradas e retomadas, fui tecendo palavras como quem costura uma colcha de retalhos.

Trabalhar com as juventudes deixa em evidência a necessidade de ampliar o campo de visão, pois, considerando que somos parte daquilo que buscamos analisar e/ou mudar, é preciso colocar em cheque os saberes a priori e assumir uma postura ético-política frente às nossas ações. Tal movimento é capaz de gerar maior engajamento naquilo que se faz e mostra que o aprender não está somente em livros ou em produção de conhecimento teórico. Aprender também acontece no fazer, no encontro com o outro, no movimento de afetar e deixar-se afetar. Ouso em dizer que um dos maiores aprendizados que tive com os jovens foi adquirir o hábito de escutar rap, que para além da curtição e da “batida”, as letras apresentam-se como fonte de conteúdo, conhecimento e forte denúncia social. Saberes que deveriam ganhar mais valor e espaço na academia, tão importantes quanto teorias como as de Foucault.

Como provoquei ao longo do texto, ainda que existam avanços no campo das políticas públicas de/para juventudes, há um longo caminho de melhorias pela frente. Nesse sentido, chegar ao fim desta escrita não significa marcar um ponto final, mas abrir brechas para outros caminhos com vistas a “novos pontos de partida para futuros percursos” (HADLER, 2010, p. 127). O encontro de saberes da psicologia social e da saúde coletiva, em minha trajetória, permite maior abertura para o fazer multiprofissional, além de proporcionar um olhar atento, cuidadoso e sensível frente às adversidades do cotidiano do trabalho. Ainda que o foco do estudo tenha sido problematizar os discursos que circundam a criação e implementação de políticas

públicas de/para juventudes, levantei problemas pertinentes a outras áreas ou temáticas, como a discussão do racismo, da representatividade política e da importância de questionarmos nossas práticas, de modo a refletir a serviço de que/quem está na criação de tecnologias que visam dar conta da vida.

6. Referências Bibliográficas

BBC, Brasil. **A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>. Acesso em: 29 set. 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, cidade, v. 2011, 5.11: 121-136.

BRASIL, **Lei Federal Nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208069%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%20C3%A0%20crian%C3%A7a%20e%20ao%20adolescente.&text=Nos%20casos%20expressos%20em%20lei,e%20um%20anos%20de%20idade](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208069%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%20C3%A0%20crian%C3%A7a%20e%20ao%20adolescente.&text=Nos%20casos%20expressos%20em%20lei,e%20um%20anos%20de%20idade.)>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Federal Nº 12852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.852%2C%20DE%205%20DE%20AGOSTO%20DE%202013.&text=Institui%20o%20Estatuto%20da%20Juventude,Sistema%20Nacional%20de%20Juventude%20e%20o%20SINAJUVE](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.852%2C%20DE%205%20DE%20AGOSTO%20DE%202013.&text=Institui%20o%20Estatuto%20da%20Juventude,Sistema%20Nacional%20de%20Juventude%20e%20o%20SINAJUVE.)>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CARDOSO, Antonio José Costa, et al. Reforma Psiquiátrica e a Política Nacional de Saúde Mental. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**: Brasília, 2014, 8.1: 57-63.

CECCIM, R. B. **Educação Permanente em Saúde**: desafio ambicioso e necessário. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 161-77, set. 2004.

CECCIM, Ricardo Burg et al. **Intensidade na atenção básica**: prospecção de experiências 'informes' e pesquisa-formação. vol. 2. Porto Alegre: Rede Unida, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo:

Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1999.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; LARA, Lutiane de; ADEGAS, Marcos Azambuja. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. **Psico**: PUCRS, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p.332-339, set. 2010.

GUIMARAES, Cristian Fabiano; MENEGHEL, Stela Nazareth and OLIVEIRA, Carmen Silveira de. Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2006, vol.26, n.4, pp.632-645. ISSN 1414-9893. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000400010>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

HADLER, O. H. **Nas trilhas de João e Maria**: a produção do sujeito jovem. Pelotas: Textos, 2010.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, v. 28, n. 2, 2003.

LARROSA, Jorge. A OPERAÇÃO ENSAIO: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação & Realidade**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p.27-43, set. 2004.

LOURENCO, Mariane Lemos. Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 19, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: A micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, Emerson Elias; ONOCKO, Rosana (Org.). **Agir em saúde**: um desafio para o público. Sao Paulo: HUCITEC, p.151-167, 1997.

Pelbart, P. P. (2007). **Biopolítica**. Sala Preta, 7, 57-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66>>. Acesso em: 9 set. 2020.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. **Análise institucional**: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. Revista EPOS, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 3, p. 19-34, 2012.

OLIVEIRA, Mariana Lins de; MARQUES, Luciana Rosa. Políticas de juventudes: histórias de vida, educação e resistência. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1203-1222, 2016.